

Por alegada corrupção

# Trabalhadores exigem inquérito nos TPU da Beira

● Comissão «ad hoc» queixa-se da indiferença das estruturas de tutela N. 3/4/92

Há sensivelmente dois meses, continua sem solução a greve dos trabalhadores da empresa TPU (Transportes Públicos Urbanos), na Beira. Entretanto, a Reportagem da nossa Delegação nesta urbe soube, na manhã da última terça-feira, que o conflito existente entre os grevistas e a direcção da empresa foi já encaminhado para o sector de Justiça no Trabalho da Direcção Provincial de Trabalho, em Sofala.

Num encontro realizado recentemente, onde estiveram presentes alguns membros da OTM, elementos da comissão «ad hoc» dos grevistas e da Direcção de Trabalho ficou assente que, apesar das graves dificuldades que a empresa atravessa neste momento, no campo financeiro, meios alternativos deverão ser encontrados, a curto prazo, para satisfazer as preocupações levantadas pelos trabalhadores, que há mais de 10 meses não recebem os seus salários.

«O salário constitui direito de quem trabalha, por isso o sector de justiça no trabalho tem a última palavra sobre o assunto» — disse uma fonte da OTM, quando contactada pelo «Notícias». Argumentou que uma das medidas que poderá contribuir para atenuar a solução do conflito é o sector de Justiça no Trabalho deliberar sobre a venda de alguns bens existentes na empresa, a favor dos grevistas.

Estes bens a serem seleccionados, segundo soubemos, na ocasião, poderão ser vendidos revertendo o dinheiro a favor dos trabalhadores através da amortização dos salários em atraso. Por outro lado, apurámos que, enquanto os responsáveis da OTM tentam encontrar meios para a solução do problema, aquela empresa transportadora continua encerrada e os trabalhadores «permanecem nas suas casas, isto é, não têm acesso às instalações dos TPU».

## COMISSÃO EXIGE INQUÉRITO E JUSTIÇA

Nesse encontro, os elementos da comissão «ad hoc» disseram ser urgente um inquérito visando apurar os desvios de bens da empresa e exigem, igualmente, a tomada de medidas sérias em relação ao director, José Macone, que, gozando do seu cargo, segundo a comissão «ad hoc», vendeu 200 pneus, uma carcaça de autocarro e sete caixas de velocidade (no valor de largos milhares de contos), além de utilização de viaturas da empresa para o transporte de mercadorias para o seu quiosque, a funcionar na sua residência, no bairro dos Pioneiros.

Sobre este último aspecto, recomendou-se aos elementos da comissão «ad hoc» para encaminharem o assunto à direcção de tutela (Direcção Provincial de Transportes e Comunicações) ou às instâncias judiciárias.

No que se refere à Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações, um dos elementos da comissão «ad hoc» disse à nossa Reportagem não concordar com a ideia, pois «desde que iniciou a greve nenhum responsável dos transportes veio aqui à empresa, pelo que nós achamos muito estranho esse procedimento dos responsáveis deste organismo de tutela, a nível de Sofala...».